



Instituto Rio Grandense do Arroz

Comissão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

Planejamento Estratégico

Com o advento das Leis Ambientais e de Gestão de Recursos Hídricos, a partir da década de 80, foi implantada uma nova realidade para a produção de arroz do Rio Grande do Sul e do Brasil. As Resoluções 001/1986, 237/1997 e 284/2001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, A Lei Estadual 10.350/1994, e a Lei Federal 9.433/1997, estão transformando sensivelmente os conceitos até então existentes.

Preocupado em salvaguardar os interesses da produção de arroz de nosso Estado, bem como a proteção de nossos recursos hídricos e meio ambiente, o Irga através de proposta de seu Conselho Deliberativo acatada por sua Diretoria, lança esta Comissão que tem por objetivo *Definir uma Política de Gestão Ambiental para a Produção de Arroz, numa adequação à Funcionalidade da Legislação*, como também propor à Diretoria a criação de infraestrutura Institucional que seja encarregada de executar o Planejamento sugerido. **Com isso, a Comissão adquire um caráter deliberativo, trazendo à discussão as demandas provenientes do setor produtivo, no sentido de que sejam executadas pela estrutura institucional.**

Já se passam 20 anos do lançamento das primeiras resoluções a nível nacional sobre o assunto, e a Lei Estadual das Águas completa dez anos de entrada em vigor. Isso nos conduz a ações a serem implementadas a Curto Prazo, com vistas a solucionarmos as pendências atuais, Ações a serem implementadas a Médio Prazo, objetivando o início efetivo das proposições do Setor, e Ações de Longo Prazo, capazes de propor modificações e atualizações necessárias ao funcionamento do Sistema. Também são propostas Ações de Curtíssimo Prazo, voltadas especifica e emergencialmente à safra 2004/2005. **O planejamento estratégico, sendo flexível, admitirá ao longo do tempo os necessários ajustes à sua funcionalidade.**

A - AÇÕES DE CURTÍSSIMO PRAZO

- A Resolução 284/01 do Conama fixou aos Irrigantes do País a data de 01 de outubro de 2003 para que fosse obtido o Licenciamento Ambiental de sua atividade. O Sistema que vigorava até então tinha uma formatação pesada, devido a fatores como os Altos Custos das taxas de licenciamento, os prazos unusualmente longos de obtenção das licenças – que em muitos casos contavam-se em anos, e a imensa teia burocrática que envolvia cada processo.

Em iniciativa chancelada pela Fepam, entidades como Irga e Farsul empenharam-se na criação de mecanismos que satisfizessem a necessidade, ainda para a safra 2003/2004. Criou-se então LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DOS IRRIGANTES, disponível via Internet e com custos reduzidos em 75%, além de prazo para entrega da licença de apenas 30 dias. A proposta de redução dos custos de licenciamento, idealizada e apresentada pelo Irga, gerou uma economia ao setor orizícola de aproximadamente 15 milhões de Reais.

Dos 13.000 produtores de arroz estimados no Estado, em torno de 10.000 licenciaram-se. Os restantes estão necessitando do licenciamento para obter financiamento de custeio na rede bancária, além de estarem sujeitos a autuações dos órgãos ambientais. Como o período de licenciamento já expirou, propõem-se abri-lo novamente para a safra 2004/2005, com a mesma nova formatação e valores reduzidos.

- O Ibama editou em 2003 uma portaria que regulamentava o uso da água no entorno da Lagoa Mangueira incluindo o Banhado do Taim, em Santa Vitória do Palmar. Em 2004 é proposta a reedição da regulamentação, sendo necessária a participação do Irga levando as reivindicações dos produtores da região.
- O parque Delta do Jacuí, criado pelo Governo Estadual na década de 70, com aproximadamente 13.000 hectares tem proposta de ser transformado em APA – Área de Preservação Ambiental com 26.000 hectares incluindo uma Reserva Biológica. Isso afetará os produtores de arroz que plantam ou têm levantes de água no local. O Irga se fará presente com propostas de solução.
- Existe projeto na Assembléia Legislativa criando a APA das Lagoas, em torno da Lagoa dos Patos, que certamente criará obstáculos para a produção de arroz local. O Irga se fará presente com propostas de solução.
- A Fepam e o Conama enquadram a lavoura de arroz como altamente poluidora. Os motivos de tal classificação não são porém suficientemente esclarecidos. Uma troca para medianamente poluidora, por exemplo, decresce os valores dos custos de licenciamento para a metade. É necessário formar um grupo de trabalho – que já foi proposto na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria do Consema, para discutir a questão.
- **Gestionar junto ao Ministério Público Estadual a participação na solução dos conflitos de uso da água das Bacias Hidrográficas Sinos e Gravataí, priorizando a ação política dos Comitês de Gerenciamento de Bacia.**



B - AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Criação na Autarquia da infraestrutura necessária à execução das ações propostas, com a estruturação de uma Assessoria Ambiental ligada à Diretoria.
- Previsão Orçamentária já para os próximos exercícios financeiros dos recursos necessários à manutenção da estrutura criada, abrangendo contratação de pessoal e utilização e melhoramento dos recursos humanos e materiais existentes.
- A estrutura contará com uma coordenação, vinculada à Presidência e Diretoria. Essa coordenação se encarregará de executar as ações propostas pela Comissão – que não se dissolverá, além de promover a interligação dos diversos setores da Autarquia que interagem no tema, tais como a Assessoria Jurídica, Divisão de Pesquisa, Divisão de Extensão, Divisão de Política Setorial, entre outros.
- As ações da Estrutura criada serão voltadas à toda a Cadeia Produtiva do Arroz. Essas ações serão preferencialmente realizadas *in loco*, e necessariamente deverão ser divulgadas aos interessados – Cadeia Produtiva do Arroz, através de mídias como a Revista Lavoura Arrozeira, Imprensa e Sites do Iriga e parceiros, além de outros recursos.
- Utilizar a Rede de Extensão do Iriga, bem como a Cadeia Produtiva do Arroz, para promover, divulgar e coletar as informações necessárias.
- Montar base de dados para informações estratégicas.
- Criar base de informações jurídicas.
- Em decorrência da Licença de Operação de Regularização dos Irrigantes, foi também criado o PERAI – Plano Estadual de Regularização da Atividade de Irrigação, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que vai definir a política a ser adotada pelo Estado em relação ao Setor. Há a necessidade de atuarmos efetivamente nessas decisões, salvaguardando os interesses da lavoura de arroz, através da atuação direta de agentes indicados para essa função.
- O licenciamento Ambiental do Setor, tanto de obras novas como já existentes, deverá obedecer aos critérios estabelecidos na Licença de Operação de Regularização dos Irrigantes, com relação a prazos, valores e facilidades.
- A produção de arroz representa a absoluta maior parte da economia das regiões abrangidas pelas Bacias Hidrográficas criadas pela Política Estadual de Gestão de Recursos Hídricos. Os Comitês de Bacia são os órgãos de ponta, encarregados de executar o planejamento, incluindo a Cobrança pelo uso da água. O Iriga participa dos Comitês de Bacia, representando a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento desde 1995, estando atualmente ausente dessa representação. São 24 comitês, havendo produção de arroz em 16. É necessária atuação política no sentido de retomarmos a atuação nos comitês, pleiteando-se inclusive participação através do disposto na Resolução 04/2004 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
- A Resolução 284/01 do Conama atribui à Fepam estipular os prazos de validade das Licenças de Operação podendo serem ampliados do atual 1 ano para 4 anos ou mais. Essa decisão merece um trabalho para que esse prazo seja o mais conveniente possível.
- A atividade de produção de arroz é, entre as atividades econômicas, uma das que mais utiliza o recurso água. É necessário prevermos ações que minimizem esse uso, seja por novas tecnologias, novos mecanismos operacionais, manejos diferenciados de lavoura, variedades específicas. Essas opções certamente nos serão oferecidas através da pesquisa orientada. O Iriga já possui linhas de pesquisa nesse sentido, sendo preponderante prever-se a criação de novas linhas de pesquisa destinadas a esse objetivo, além da divulgação dos atuais resultados.
- Os custos de licenciamento do Órgão Ambiental foram criados no ano de 1995 orientados originalmente ao licenciamento da atividade industrial. Foram ampliados para as demais atividades econômicas e ajustados anualmente pelos índices inflacionários. Esses custos, porém, não se adaptam à atividade arrozeira, sendo considerados excessivamente altos, apesar de serem aplicados de forma horizontal pela Fepam. É altamente necessário atuarmos no sentido de minimizá-los e torná-los operacionais ao setor que representamos.
- Alguns Comitês de Bacia ainda não se formaram, notadamente aqueles considerados de águas partilhadas, ou federais, com é o caso do Rio Quaraí, Rio Negro, Rio Jaguarão e Mirim – São Gonçalo. Este último, por sua posição estratégica, torna-se fundamental no peso específico que adquirem relativamente ao contexto. Por esse motivo é muito importante a participação da Instituição nas Comissões Provisórias de Formação, as quais definirão politicamente o nível de participação de nossa categoria em cada comitê.



- Criação de um Calendário de Obrigações Ambientais que oriente a classe produtiva sobre as necessidades de licenciamento, prazos, custos e demais necessidades, além de eventos relacionados à atividade.
- Que seja criada na Divisão de Extensão uma Demanda de Soluções Ambientais, voltada à prevenção e orientação.
- Paralelamente ao Licenciamento Ambiental das lavouras, a legislação requer a *Outorga de Uso da Água*, concedida pelo DRH-Sema, e que trata-se do licenciamento quantitativo. A comunidade arrozeira pouco conhece sobre o assunto, devendo este ser divulgado e orientado sobre como obtê-la. Por exemplo, utilizando a RLA.
- Ao Irge caberá orientar os produtores de como, quando, e com que meios proceder os licenciamentos Ambientais, de Outorga e demais obrigações relativas ao tema.
- Que seja previsto convite a Fepam, Departamento de Recursos Hídricos, Ibama, Famurs, Sosbai, Patram e Ministério Público a participar das ações propostas de forma próxima, com troca de material e presença nos debates.
- Promoção de evento a nível estadual congregando as lideranças do setor, produtores, instituições de pesquisa, universidades, órgãos licenciadores e fiscalizadores e demais interessados, para debater as questões ligadas à Gestão dos Recursos Hídricos e Meio ambiente especificamente sobre a produção de arroz.
- Verificação junto a Órgãos Ambientais licenciadores e fiscalizadores de outros estados produtores de arroz sobre os procedimentos, valores de taxas e demais assuntos concernentes à atividade.
- Articulação com Associações e Sindicatos de Arrozeiros para atuação dentro dos comitês de bacias hidrográficas no sentido de participação nas diretorias e presidências.
- A faixa litorânea gaúcha denominada de *Lagoas Costeiras*, compreendendo as áreas do Chuí a Torres, é considerada pelos órgãos ambientais como *Ecologicamente Frágil* devido a fatores como Território de Aves Migratórias e de dunas de areia. Considerar-se que os sistemas já implantados naquela região, como as lavouras de arroz, já interagiram suficientemente com os ecossistemas de forma que não sejam necessárias intervenções restritivas.
- **Prever acordo de cooperação com o órgão ambiental no sentido de operacionalizar o Senso Orizícola, a partir dos dados do licenciamento ambiental, realizado periodicamente.**
- **Prever atuação na solução de problemas relacionados com o lodo resultante da fase inicial de irrigação de lavouras de pré-germinado no município de Arambaré.**
- **Prever atuação em Programas Estaduais tais como PROGUAÍBA e MAR DE DENTRO.**
- Participação em eventos na área ecológica, de meio ambiente e de Gestão de Recursos Hídricos.
- Engajamento na *Rede de Comitês Via Internet*, com troca de informações junto ao sistema.
- Verificação periódica junto aos municípios da criação de Áreas Protegidas, vinculadas ao *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*.
- Criação do *Prêmio Gaúcho da Sustentabilidade no Uso da Água*, a ser oferecido a cada ano.
- Engajamento no Sistema Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com os propósitos setoriais a nível nacional.

C - AÇÕES DE MÉDIO PRAZO

- Prever parceria com instituições como Farsul, Federarroz, Fiergs, entre outras, para troca de informações e promoção de ações conjuntas.
- Desde a época da criação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos é preconizado reunir os processos de licenciamento qualitativo (ambiental) e quantitativo (outorga) em um único processo administrativo, para facilitar as ações do requerente. Esse procedimento ainda não foi adotado, tendo o produtor que, dentro de uma mesma secretaria de Estado, dispor documentação dupla e prazos dobrados de obtenção dos licenciamentos.
- No licenciamento ambiental e na Outorga existe a necessidade de Regularização das Barragens e Açudes existentes que não possuam Alvará de Funcionamento. Estima-se que existam no Estado cerca de 10.000 barragens para irrigação. Dessas, apenas 2.000 têm o Alvará. As demais deverão obtê-lo com brevidade, o que certamente



ocasionará um colapso na capacidade do órgão expedidor (DRH-Sema) como também junto aos profissionais que atuam no setor. É preciso sugerir um programa de divulgação dessa necessidade junto aos produtores, orientando-os de como proceder.

- Ao conceder o Alvará de Regularização, o DRH exige que as barragens e açudes postulantes tenham proteção com enrocamento de pedras no talude de montante. Porém, seguramente 80% dessas obras existentes no Estado não têm essa proteção, sendo possível sua operação com reformas periódicas para compensar a erosão causada pelas
- ondas do reservatório e pelas chuvas. Haverá a necessidade de trabalho junto ao órgão expedidor no sentido de minimizar essa exigência, caso contrário se tornará impossível o licenciamento, pois na grande parte dos casos a implantação do enrocamento inviabilizará economicamente o empreendimento.
- É necessário pela legislação que sejam preservadas faixas de terreno sem plantio ao longo de cursos d'água, a fim de preservar matas ciliares e conter a erosão. Porém, algumas decisões judiciais já interpretaram que também os canais de irrigação – que não são cursos de água naturais, devem preservar essas faixas marginais. Se a decisão for ampliada para todos os produtores teremos uma diminuição nas áreas de plantio e seguramente um número muito grande de autuações. Há necessidade de modificação no regramento, incluindo também as faixas marginais nos lagos de açudes, que na maioria dos casos requer-se seja de 100 metros.
- A Reserva Legal de 20% da área das propriedades quando licenciadas ambientalmente foi criada por legislação federal com vistas às áreas do Nordeste e Centro Oeste do País. Aplicada à realidade de nosso Estado, diminui de forma sensível a lucratividade dos lavoureiros. Por isso é necessária uma proposta de modificação dessa situação.
- É possível, para atenuar a questão da Reserva Legal, propor-se que sejam consideradas as áreas dos lagos formados pelas barragens de irrigação como Reserva Legal, já que essas áreas a partir do momento em que se tornam alagadas passam a não ter mais intervenção humana.
- O Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema, é o Órgão encarregado de elaborar as normativas relativas às questões ambientais no âmbito do Estado. É composto por diversas instituições, entre elas a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento. Esta poderá delegar ao Irga que a represente nas decisões do Consema, devendo para isso haver entendimento político para tal.
- O atual estágio dos Comitês de Bacias Hidrográficas situa-se na implantação dos Planos de Bacia e Enquadramento das águas. É uma fase fundamental que gerará reflexos nas próximas décadas. Por isso é necessário que, além da participação do Irga nos Comitês, seja estimulada a participação das Associações e Sindicatos de Arrozeiros para que tenham poder de voto e decisão sobre essas importantes questões.
- Que seja prevista Cooperação Técnica nacional e internacional com universidades, institutos e outras instituições no sentido de troca de informações, capacitação e aprimoramento acerca dos assuntos relacionados com Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.
- A legislação de Gestão de Recursos Hídricos elege a Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento. As instituições, ao preverem seus planos de atuação, seguramente transformarão suas estratégias em função das Bacias Hidrográficas que, em última análise, serão literalmente o esboço das soluções num futuro bem próximo. Que seja estudada a hipótese, quando de modificações na Extensão Rural do Irga, da previsão de que essa atuação seja estruturada nas Bacias Hidrográficas.
- Criação de novas linhas de pesquisa de variedades com menor impacto ambiental levando em conta trabalhos desenvolvidos em outros órgãos estaduais, nacionais e internacionais.
- Estudar a municipalização do licenciamento ambiental, no âmbito de cada bacia hidrográfica, concedendo às prefeituras municipais maior autonomia de áreas de licenciamento máximas.
- Obter recursos financeiros para implementação de ações, junto ao Fundo Estadual do Meio Ambiente do Consema, de acordo com a Lei Estadual 10.330/94.
- A Divisão do Estado em Bacias Hidrográficas previu a criação de 3 Regiões Hidrográficas: Região das bacias hidrográficas do Guaíba, Região das bacias hidrográficas do Rio Uruguai e Região das bacias hidrográficas Litorâneas. Será criada em cada uma dessas Regiões uma *Agência de Bacia*. As 3 Agências serão encarregadas de subsidiar administrativa e tecnicamente os comitês de bacia a ela relacionados, constituindo-se em importantes elementos do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. É altamente recomendável o Irga candidatar-se a compor uma Agência de Bacia, o que o tornaria politicamente muito importante dentro do sistema.
- Fazer o acompanhamento das ações propostas tendo como base a Bacia Hidrográfica.



D - AÇÕES DE LONGO PRAZO

- A Constituição Brasileira de 1988 elimina a propriedade particular das águas. Estas passaram a ser consideradas federais ou estaduais, de acordo com sua localização e características. Baseado nesse princípio, a legislação de Gestão de Recursos Hídricos prevê a *Cobrança pelo uso da Água*, devido por aqueles que da água se utilizam para exercer alguma atividade econômica. Esse sistema será executado pelos comitês de bacia e quem decidirá o quanto será pago serão os próprios usuários da água. A lavoura de arroz sendo o maior usuário, torna-se imprescindível que participe dessa decisão dentro de cada comitê.
- Existem diferenças entre os níveis de consumo de água da lavoura constatados pela pesquisa e os dados provenientes do campo. Enquanto a pesquisa evidenciou que é possível obter-se resultados plenamente satisfatórios com consumos ao redor de 8.000 metros cúbicos por hectare por safra, as constatações do campo – embora não medidas oficialmente, dão conta que um consumo considerado médio é em torno de 12.000 metros cúbicos. Em alguns casos têm-se consumos de 10.000 metros cúbicos, porém em outros verifica-se consumos até de 20.000 metros cúbicos. Essas diferenças devem-se a fatores como canais longos e não revestidos, métodos de plantio, manejo de lavoura, magnitude de áreas, entre outros. Considerando-se os avanços da pesquisa e da extensão rural, sugere-se que seja tomado como meta a redução do consumo de água para o arroz irrigado, além de convite a Perímetros de Irrigação já estabelecidos para que exponham suas sugestões ao tema.
- O licenciamento ambiental por atividade traz dificuldades aos produtores, pois torna-se necessário licenciar separadamente a irrigação, a pecuária, os silos, a barragem, o levante, tendo cada atividade uma taxa a ser paga. A propriedade rural tem a necessidade de licenciar todas as atividades nela inseridas de uma só vez. Que seja considerado como meta o Licenciamento Ambiental da *Propriedade Rural*.
- A legislação vigente conduz ao Licenciamento Ambiental das Unidades de Secagem, Armazenagem e Beneficiamento de Sementes, trazendo à esfera industrial do setor contratempos significativos, uma vez que são exigidas modificações bastante grandes nos sistemas tradicionalmente operados. Deverá se propor estudo sobre a adequação das normas e prazos alongados de adaptação à nova sistemática.
- O cadastramento realizado quando dos licenciamentos ambientais tem como um dos seus objetivos o Zoneamento Econômico-Ecológico das atividades econômicas no Estado. Esse regramento levará em consideração as atividades econômicas de uma determinada região e poderá, com isso, gerar insatisfação de setores que, ao avaliarem os resultados, julguem haver eventual cerceamento de conveniências existentes até então. É importante para a preservação da atividade orizícola que participemos dessas decisões junto aos órgãos ambientais.
- Uma das práticas que poderão ser adotadas na produção de arroz é a de reutilização da água de irrigação. Existem princípios a serem adotados, e será necessário que a Pesquisa e a Extensão da Autarquia seja preparada e equipada para difundir tais preceitos.
- A diminuição dos níveis de poluição Mundial é preconizada pelo Protocolo de Kyoto. Surgem porém alternativas, como a instituição dos Créditos de Carbono, que ao criar imensas áreas verdes ao redor do planeta, compensam e atenuam com sua atividade de fotossíntese aquelas emissões. Esses empreendimentos se tornarão alvo de investimentos de grandes empresas internacionais interessadas em negociar suas ações nas principais bolsas de valores do mundo. As atividades favorecidas serão por exemplo as de reflorestamento, não estando descartadas as demais que produzem biomassa, mesmo que por períodos curtos do ano. Entre essas atividades está a produção de arroz, que poderá, no decorrer do desenvolvimento desse tema, candidatar-se a receber investimentos globais.
- Promoção de evento a nível Nacional, congregando as lideranças do setor, produtores, instituições de pesquisa, universidades, órgãos licenciadores e fiscalizadores e demais interessados, para debater as questões ligadas à Gestão dos Recursos Hídricos e Meio ambiente especificamente sobre a produção de arroz.
- A Certificação Ambiental ISO 14.001 é um padrão de excelência a ser almejado pela lavoura de arroz gaúcha. Ao ser atingido esse patamar, teremos uma atividade auto sustentável, sem danos consideráveis ao meio ambiente. É a meta.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2004.

Andre Auro Brum Gabriel
Ariovaldo Ceratti
Carlos Nascimento
Evely G. Rucatti

Iuri Vasques Dornelles
Ivo Lessa S.F.
Lia Virginia Rodrigues
Luiz Rechsteiner Fº

Mauricio Fischer
Pedro Chaves Barcellos Filho
Rubens Silveira
Sergio Veloso Ferreira

Valdir Donicht
Valery Pugatch
Vera Mussoi Macedo



Comissão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Planejamento Estratégico

22.11.2004